

Urbanização, o maior obstáculo à saúde.

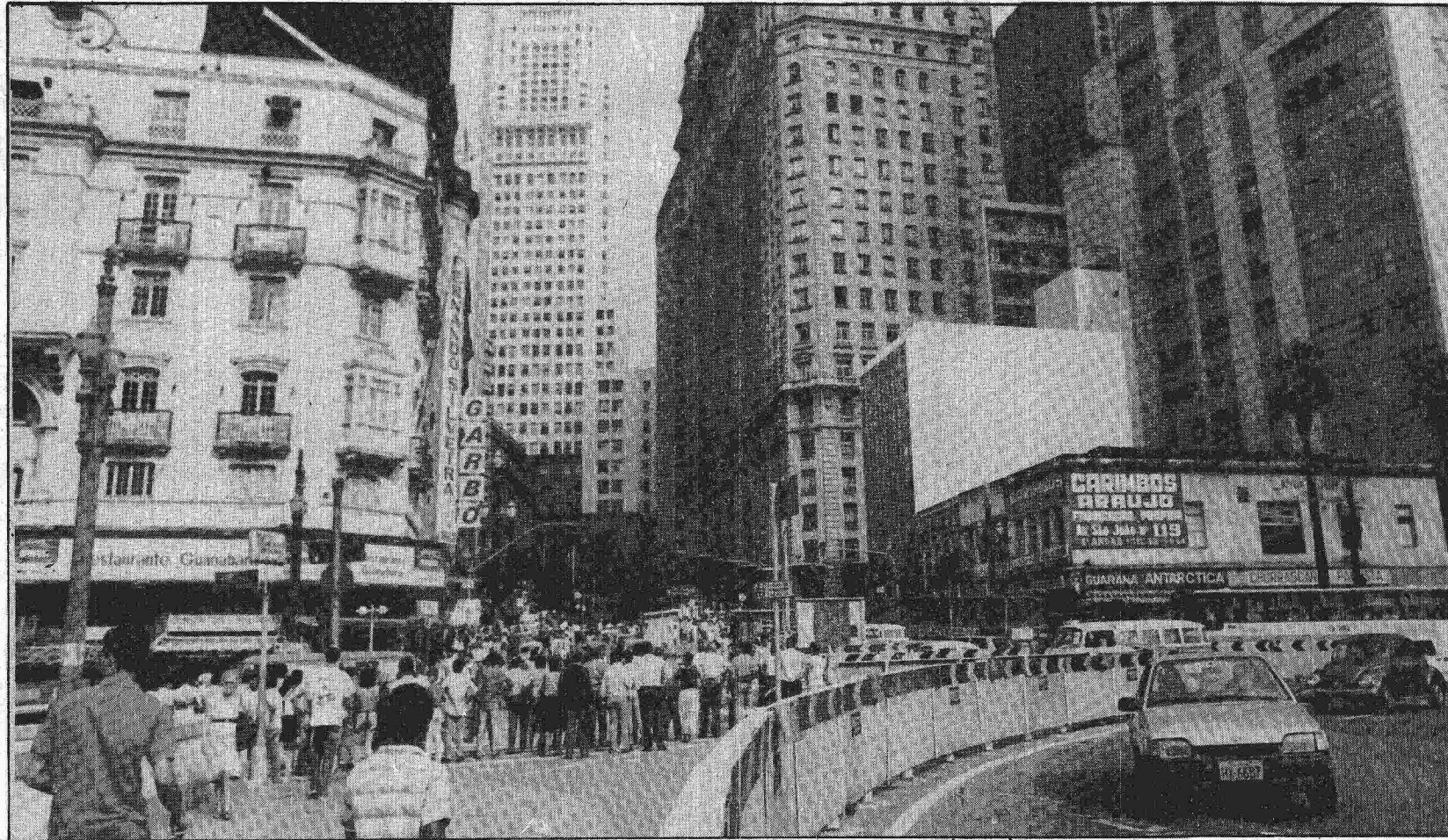
Uma das principais ameaças à saúde da população até o final do século não é uma doença — embora seu impacto sobre as condições de vida dos habitantes do planeta seja comparado às mortes causadas por moléstias como a malária, tuberculose e doenças cardiovasculares e ao impacto da chuva ácida e da destruição das florestas no meio ambiente.

Este ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elegeu a urbanização como um dos principais obstáculos à saúde, que deve ser imediatamente controlado por todos os países. Durante dois dias, em meio à 44ª Assembleia Anual da OMS, que acontece em Genebra, especialistas do mundo inteiro estarão discutindo estratégias a serem adotadas face à urbanização desenfreada. Motivos não faltam.

De acordo com um levantamento feito pela Organização das Nações Unidas (ONU), até o ano 2.000 metade da população mundial — ou três bilhões de pessoas — está vivendo em áreas urbanas e metade delas em condições de pobreza. É um processo irreversível, causado principalmente pela migração e a alta taxa de crescimento populacional. E colocará São Paulo, segundo o mesmo levantamento, como a segunda cidade mais populosa do mundo, com 20 milhões de habitantes, perdendo apenas para a cidade do México.

Colapso

As consequências são devastadoras e não param apenas na proliferação de favelas, poluição do ar, aumento da violência e trânsito caótico. “A migração para os centros urbanos geralmente provoca a quebra da família, o que se torna um fator decisivo para o crescimento do uso de drogas e de epidemias como a da Aids”, afirmou ontem, ao abrir os debates, em Genebra, o coordenador das discussões e Chefe do Serviço de Aconselhamento Médico do governo da Grã-Bretana, Sir Donald Acheson. Ele lembrou que a aglomera-



São Paulo será a segunda cidade mais populosa do mundo no final deste século: consequências devastadoras, com proliferação de favelas e o risco de epidemias.

ção urbana leva ao colapso do abastecimento de água e à proliferação de doenças devido ao lixo e esgoto a céu aberto. “O ressurgimento da cólera é o mais novo exemplo disso e não deve ser o último”, avisou.

Ele é categórico quanto às medidas que devem ser adotadas para conter o caos. “Os governos precisam controlar o crescimento populacional a qualquer custo”, afirmou ao JT. A população mundial, de acordo com ele, aumenta em 200 mil pessoas por dia, num ritmo que está crescendo ao invés de diminuir. “Isso precisa parar”. Suas sugestões pessoais sobre estratégias a serem adotadas para controlar os efeitos da urbanização desenfreada são investimentos maciços em saneamento básico, descentralização das ações, com ênfase nos municípios, e

promoção de serviços de saúde próximos às populações mais carentes.

Agentes de saúde

Nesse sentido, ele defende a criação de grupos de agentes de saúde procedentes das próprias comunidades. “Bastaria apenas um médico coordenando 40 agentes, cada qual responsável por 100 famílias”, assegurou. “Nesse sentido, o papel da mulher é essencial e deve ser enfatizado”. Ele se baseia num programa que já existe em Calcutá, na Índia, onde as mulheres da comunidade, após um treinamento de três meses, estão aptas a imunizar as crianças e fazer o acompanhamento pré-natal, entre outras ações de saúde. Neste esquema, salienta, o planejamento familiar deve ser o centro de todo o programa.

Acima de tudo, Acheson defende a participação popular em todos os aspectos. “Os governos devem ser humildes e perguntar às comunidades o que elas querem e quais são suas prioridades”, destaca. “E podem acabar bastante supostos”. A ideia é compartilhada pelo doutor em Saúde Pública pela Universidade de Harvard e atual professor da Universidade de Cali, na Colômbia, Rodrigo Guerrero. “A população que vive aglomerada em favelas e áreas pobres é extremamente geniosa e solidária”, afirma. “Chame-os para participar de seus problemas e eles os resolvem com pouquíssimos recursos”. Um exemplo: ao invés de construir casas populares, os governos deveriam estimular a auto-construção.

Quanto às estratégias a serem adotadas pelas metrópoles, Guerrero lembra que o proble-

ma não se refere apenas a um tipo de população. As grandes metrópoles, destaca, compõem-se de duas cidades distintas: a primeira, bastante desenvolvida, onde os problemas de saúde são característicos de países industrializados e a mortalidade é causada por acidentes, doenças cardiovasculares ou câncer. E a segunda, onde não existe saneamento básico, as doenças são típicas de países subdesenvolvidos e as crianças morrem de diarreia.

“Neste segunda cidade, é preciso investir em saneamento e levar informação à população, o que poderia ser feito utilizando-se as mulheres como agentes de saúde”, acredita. “Na primeira cidade, onde o nível de educação é maior, campanhas de conscientização poderiam solucionar os problemas”.

Lígia Kosin, enviada especial a Genebra.